



RELATÓRIO DE PILAR 3

GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

DATA-BASE: 31/12/2023

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	3
1. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	3
2. OVA – VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO	4
2.1 MODELO DE NEGÓCIOS, APETITE POR RISCO E PERFIL DE RISCOS.....	4
2.2 GOVERNANÇA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	7
2.3 DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO.....	9
2.4 ESCOPO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS	10
2.5 REPORTE DE RISCOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E À DIRETORIA.....	13
2.6 TESTES DE ESTRESSE	13
2.7 ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE	15
2.8 GERENCIAMENTO DE CAPITAL	17

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 54/2020 do Banco Central do Brasil dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3, e estabelece os critérios a serem observados pelas instituições na divulgação das informações relevantes sobre gestão de riscos, composição de capital e atendimento a limites prudenciais.

As regras estabelecidas são aplicadas de forma proporcional, de acordo com o tamanho e importância de cada instituição.

O Conglomerado Prudencial Randon se enquadra no segmento S4 e divulga anualmente a tabela OVA que descreve a visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, e que tem o objetivo de apresentar as estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do conselho de administração e da diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes.

Estas informações são divulgadas no formato de dados abertos, e podem ser acessadas no [Portal de Dados Abertos do Banco Central](#).

1. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Política de Divulgação de Informações tem por objetivo evidenciar o atendimento de requerimentos prudenciais pela instituição, em conformidade às regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil.

O Banco Randon disponibiliza a descrição completa da gestão integrada de riscos, que abrange o gerenciamento de riscos de crédito, de liquidez, de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, operacional, social, ambiental e climático e o gerenciamento de capital, publicadas em documentos de acesso público no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.bancorandon.com/governanca-corporativa/>).

No processo de divulgação de informações, a área de riscos é responsável pela coleta das informações, por avaliar a relevância e necessidade de divulgação das informações, bem como por aplicar controles internos objetivando garantir a autenticidade das informações divulgadas e a adequação do seu conteúdo. O diretor responsável pela divulgação de informações, revisa e aprova o relatório de riscos, e sugere melhorias, quando necessário.

2. OVA – VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO

2.1 MODELO DE NEGÓCIOS, APETITE POR RISCO E PERFIL DE RISCOS

O Conglomerado Prudencial Randon é composto pelo Banco Randon S/A, que é a instituição líder do Conglomerado, e pela Randon Administradora de Consórcios Ltda, ambos sediados em Caxias do Sul/RS.

O Banco Randon S/A é um banco múltiplo com carteira de investimento, carteira de crédito, financiamento e investimento, carteira de arrendamento mercantil e credenciado como participante do PIX. Iniciou suas atividades em 2010, e possui como missão ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios da Randoncorp.

A Randon Administradora de Consórcios foi fundada em 1987 e possui como missão a prestação de serviços financeiros por meio de uma gestão comprometida com nossos princípios.

O apetite de riscos da instituição está documentado na RAS (“Risk Appetite Statement”) que é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da instituição e direciona os planos estratégicos e de negócios, norteando o planejamento orçamentário e permitindo a alocação de capital dentro de níveis e tipos aceitáveis de risco.

A RAS é revisada anualmente ou, sempre que necessário, em conjunto com a diretoria e conselho de administração e monitorada permanentemente pelas áreas de negócio e controle.

O apetite por riscos contemplado na RAS, sua conexão com as atividades e as decisões rotineiras de assunção de riscos, assim como os procedimentos para reporte de ocorrências relacionadas à não observância dos níveis de apetite por riscos fixados, são disseminados a todos os membros do Conglomerado Prudencial.

Destacamos os principais riscos relacionados aos nossos negócios:

Risco de Crédito

Risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de risco de crédito inclui também:

- o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros;
- a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- o risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas de uma mesma contraparte, grupo econômico, setor econômico, região geográfica ou mesmo segmento de produtos ou serviços.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações.

Risco de Mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições (ativas e passivas) detidas por uma Instituição Financeira.

Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária - IRRBB

Define-se como Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Risco Operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;

- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Risco Social, Ambiental e Climático

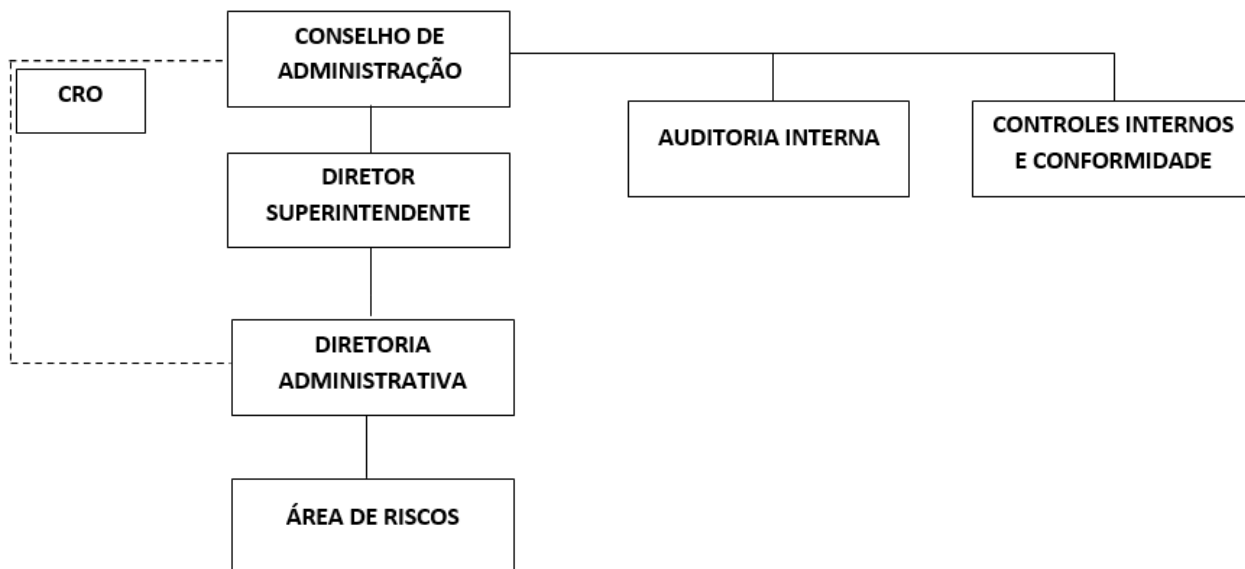
Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, é definido como:

- risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

2.2 GOVERNANÇA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



A diretoria administrativa, enquanto CRO – Diretor para Gerenciamento de Riscos, se reporta diretamente ao conselho de administração.

Elencamos a seguir, as principais responsabilidades relacionadas ao gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital.

Conselho de Administração

- Fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS e revisá-los, com o auxílio da diretoria e do CRO;
- Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:
 - As políticas de gerenciamento de riscos;
 - A política de gerenciamento de capital;
 - O plano de capital;
 - Os planos de contingência de liquidez e de capital;
 - O programa de teste de estresse.
- Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;

- Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.

Diretoria e CRO

A diretoria é responsável pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controles internos, bem como pela aprovação e revisão anual da RAS, das Políticas e do Relatório Anual de Riscos.

O CRO (Chief Risk Officer) diretor para gerenciamento de riscos, possui as seguintes atribuições:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Responsável pela adequação, à RAS e aos objetivos estratégicos da instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- Responsável pela adequada capacitação dos integrantes da unidade específica de gerenciamento de riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Subsídio e participação no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração;
- Participação no processo de aprovação das propostas de reclassificação de instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária.

Área de Riscos

- Manter a diretoria regularmente informada sobre os riscos aos quais a Instituição está sujeita;
- Estabelecer procedimentos e parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores;
- Preparar planos de contingência para riscos operacionais;
- Identificar, em conjunto com as áreas, os riscos operacionais inerentes a cada um dos processos;
- Identificar e avaliar previamente os riscos inerentes a novos produtos e serviços ou a modificações relevantes, inclusive quando relacionadas a processos, sistemas, operações, modelo de negócio da instituição, iniciativas de assunção a riscos, reorganizações societárias ou alteração nas perspectivas macroeconômicas;
- Manter as políticas de gerenciamento de riscos atualizadas;
- Reportar ao Banco Central os relatórios e documentos de riscos previstos na legislação vigente;

- Acompanhar periodicamente os indicadores de riscos da Randon Administradora de Consórcios, participante do Conglomerado Prudencial, bem como os procedimentos e controles existentes para mitigar os riscos.

Área de Controles Internos e Conformidade (Compliance)

- Verificar o cumprimento das políticas e a eficácia dos sistemas de controles internos;
- Zelar pela manutenção e pela conformidade das informações do Conglomerado Prudencial para com os Órgãos Reguladores.
- Avaliar e acompanhar os riscos operacionais da instituição, de acordo com a legislação vigente, bem como com as políticas, normas e regulamentos.

Auditoria Interna

- Avaliar a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros;
- Avaliar a adequação e a efetividade das políticas, dos sistemas, das rotinas e dos procedimentos para o gerenciamento de riscos;
- Avaliar a adequação e a efetividade dos modelos para o gerenciamento de riscos, considerando as premissas, as metodologias utilizadas e seu desempenho;
- Avaliar a adequação e a efetividade do capital mantido pela instituição, para fazer face aos riscos aos quais está exposta.

2.3 DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO

O Conglomerado busca fomentar uma cultura de risco na instituição, enfatizando a importância de conhecer os riscos que estamos expostos e engajando a participação de cada colaborador no processo de adoção de mecanismos que mitiguem esses riscos.

Os novos colaboradores recebem o Código de Conduta, com ênfase na postura ética, nas boas práticas, nos valores que devem ser seguidos pelos colaboradores, tomando por base os princípios da Randoncorp. Além disso, participam de treinamentos que, entre outros temas, abordam o gerenciamento de riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e a RAS estão disponíveis para o acesso de todos os colaboradores.

2.4 ESCOPO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Objetivando mitigar o risco de crédito, o Banco Randon elaborou a política e os procedimentos de crédito onde são especificados os procedimentos de análise e concessão de crédito aos clientes. Também foi implantado um comitê de crédito, o qual é responsável pela aprovação das operações e dos limites de crédito.

Para controle da carteira de crédito são adotados os critérios exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, destacando que o rating de entrada é suportado por modelo de análise e baseado em todos os parâmetros desta resolução, atribuído no momento da decisão do crédito pelo comitê. Os prazos de revisão de rating também seguem os parâmetros da legislação em vigor.

Para tornar o processo de gestão do risco de crédito aderente às boas práticas de mercado, o Banco Randon monitora e controla a concentração do seu risco de crédito em termos de risco e exposição como importante instrumento para subsidiar decisões na concessão de crédito, considerando as características peculiares do seu mercado de atuação, que está focado no setor de transporte.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, ou por meio de avais e fianças de terceiros. A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos.

Risco de Liquidez

A política e o procedimento de risco de liquidez estão formalmente descritos com o objetivo de formalizar as diretrizes adotadas pela Diretoria.

O acompanhamento do fluxo de caixa previsto e realizado é feito diariamente, bem como a projeção para os próximos 90 dias, considerando o descasamento de prazos, o valor total concedido em créditos e o Nível Mínimo de Liquidez – NML.

São analisadas as projeções com o objetivo de identificar previsão de descasamento entre ativo e passivo, sendo emitidos relatórios diários que são analisados pela área de Gestão de Riscos que também acompanha as projeções para os próximos 90 dias.

Risco de Mercado

Com a finalidade de gerir e mitigar o risco de mercado, o Banco Randon possui a área de riscos, bem como elaborou políticas e procedimentos que orientam as áreas afins no acompanhamento e controle das operações que envolvam potencial risco de mercado.

A área de riscos controla e administra as exposições de risco de mercado através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros, utilizando-se de metodologias e modelos adequados ao porte da instituição e em conformidade com a legislação vigente.

Importante ressaltar que a formação de ativos de crédito do Banco Randon tem por objetivo o carregamento das operações até o seu vencimento, portanto sem intenção de negociação. Qualquer alteração neste sentido deverá ter aprovação da diretoria e do conselho de administração.

O atual modelo de negócios do Banco Randon não se utiliza de instrumentos ou operações financeiras relacionadas a ações, mercadorias ou câmbio, motivo pelo qual os processos, as políticas e os controles destinam-se apenas à gestão do risco de operações sujeitas à variação das taxas de juros.

O Banco Randon monitora o risco de mercado das suas operações classificadas na carteira de negociação (trading) por meio da utilização da metodologia VAR, sendo utilizado um holding período de 10 dias.

O Conglomerado Prudencial Randon realiza a revisão da adequada classificação dos instrumentos, na carteira de negociação ou na carteira bancária, em atendimento e de acordo com os critérios estabelecidos nas políticas da instituição e na legislação vigente.

Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária - IRRBB

O Banco Randon avalia e controla os principais determinantes do IRRBB através de metodologias consistentes com as características da carteira considerando a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira, utilizando choques de taxa de juros e cenários de estresse a fim de verificar os impactos nos resultados. A metodologia ΔNII é utilizada para a mensuração do risco das operações classificadas na carteira de não negociação (banking).

Apesar de se enquadrar no segmento S4 e ser dispensado de documentar na RAS os níveis de apetite por IRRBB para cada abordagem, o Banco Randon optou por estabelecer parâmetros para os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária.

No mínimo anualmente, são realizadas simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos e indexadores, cujos resultados são

considerados ao estabelecer ou rever as políticas e limites para adequação de capital.

Risco Operacional

A identificação dos riscos operacionais é o ato de avaliar constantemente as atividades desempenhadas na instituição e a probabilidade de que eles ocorram, medindo também o impacto que estes riscos podem exercer nos objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial.

O gerenciamento dos riscos deve ser dinâmico de forma a assegurar que novos riscos sejam prontamente tratados e cíclico de forma a avaliar possíveis alterações em riscos previamente identificados.

Na identificação das vulnerabilidades inerentes as atividades da Instituição, a área de riscos conta principalmente com o envolvimento das demais áreas na identificação dos potenciais riscos aos quais a instituição está sujeita. Ressalta-se a importância dos gestores das áreas no acompanhamento e orientação de seus subordinados quanto a identificação e tratamento dos riscos identificados.

O processo de gerenciamento do risco operacional é conduzido pela área de riscos com base na metodologia COSO-ERM que contempla a identificação de eventos, a avaliação de riscos e, por fim, resposta a riscos. Durante a realização destas atividades considera-se o apetite aos riscos e os níveis de tolerância definidos na RAS.

Para avaliação qualitativa do grau de exposição aos riscos, são conduzidas as seguintes atividades:

- identificação dos riscos operacionais;
- avaliação do ambiente de controles internos;
- classificação dos riscos operacionais (análise do impacto e da probabilidade);
- definição de planos de ação para implementação de controles internos e/ou otimização de processos;
- monitoramento e reporte.

- **Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios**

O Sistema de Gestão de Continuidade dos Negócios (SGCN) é um processo que identifica riscos, ameaças e vulnerabilidades que podem afetar a continuidade das operações de uma organização. Dessa forma, o SGCN busca reduzir os impactos de incidentes de diversas naturezas (tecnológicos, de infraestrutura, de pessoal, de calamidade pública) e possibilitar que a organização continue entregando seus produtos ou serviços mesmo sob essas condições, em prazos e condições aceitáveis.

O Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Conglomerado Prudencial Randon foi elaborado com base nas recomendações que constam na ISO 31000, uma referência mundial para avaliação de riscos.

Periodicamente são realizadas as adequações necessárias no Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios, e os procedimentos de continuidade de negócios são testados.

Os processos de SGCN são guiados pelas diretrizes que constam na documentação do sistema, contemplando manuais, procedimentos, instruções, registros, cartilhas e treinamentos que visam à implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios efetiva na Instituição, assegurando uma maior resiliência ante situações adversas.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Conglomerado reconhece a existência dos riscos sociais, ambientais e climáticos, proporcionalmente ao seu modelo de negócio na condução de suas atividades e dos seus processos. Neste contexto, conta com sistemas, rotinas e procedimentos que visam identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos de seus produtos e serviços. O processo de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é conduzido pela área de riscos que contempla a identificação e a avaliação destes riscos. A área de crédito apoia na identificação de eventos relacionados. Durante a realização destas atividades considera-se o apetite aos riscos e os níveis de tolerância definidos na RAS.

2.5 REPORTE DE RISCOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E À DIRETORIA

Os indicadores de gerenciamento de riscos são acompanhados, no mínimo, mensalmente pela área de riscos. Informações consolidadas de risco, análises e tendências são reportadas periodicamente para a Diretoria, para acompanhamento e tomada de decisão alinhados aos objetivos estratégicos.

Os documentos relativos ao tema, tais como políticas, RAS (Risk Appetite Statement) e Plano de Capital, são validados e aprovados pelo conselho de administração, assim como os resultados dos testes de estresse também são revisados por este órgão.

2.6 TESTES DE ESTRESSE

Os testes de estresse representam uma simulação de eventos adversos e condições extremas de mercado, oferecendo uma avaliação abrangente dos efeitos nos pilares de risco relevantes, nomeadamente:

- a) Risco de liquidez.

- b) Risco de taxas de juros.
- c) Gerenciamento de capital.

Essas simulações visam antecipar potenciais desafios e aprimorar a capacidade da instituição em lidar com situações de extrema volatilidade e complexidade. A análise dos impactos nos pilares de risco mencionados permite uma visão holística do perfil de riscos da instituição, destacando áreas que possam exigir medidas de mitigação específicas. Além disso, ao incorporar variáveis e níveis de stress, garantimos uma análise completa e integrada, capacitando a instituição a fortalecer suas defesas e aprimorar sua capacidade de adaptação em face de turbulências de mercado.

Com o objetivo de aprimorar o caráter técnico, antecipamos – de forma proativa – os seguintes elementos exigidos apenas para instituições de maior porte (S3):

- Análise de cenários: no contexto do segmento S4, onde apenas a análise de sensibilidade é um requisito legal, nossa abordagem vai além. Demonstramos e examinamos cenários de maneira proativa, englobando a integração de diversos riscos e considerando diferentes níveis de agregação das exposições. Dessa forma, elevamos significativamente o nível de robustez e profundidade nas análises realizadas, proporcionando uma visão mais abrangente e precisa do panorama de riscos.
- Ampliação do escopo na documentação do programa de testes de estresse: embora o segmento S4 estipule apenas requisitos legais referentes à finalidade e à frequência, incorporamos uma abordagem mais abrangente. Nossa documentação inclui detalhes robustos sobre a metodologia adotada para a definição dos cenários de estresse pertinentes à instituição. Essa abordagem estabelece uma base sólida para compreensão e análise dos impactos potenciais em diferentes cenários, reforçando a resiliência e a preparação da instituição diante de eventos adversos.
- Plano de contingência de capital: embora não seja um requisito legal mandatório para o segmento S4, comprometemo-nos com guiar este plano por uma visão contingente e preventiva, refletindo o compromisso com a solidez e a preparação da instituição diante de possíveis cenários desafiadores. Inicialmente, integramos as informações dos documentos já existentes (Política de Gerenciamento de Capital e Política de Gerenciamento de Liquidez), estabelecendo bases para sua evolução. Essa abordagem demonstra nosso compromisso com as melhores práticas de gestão de riscos. Adicionalmente, isso coloca a instituição em uma posição vantajosa para adaptar e aprimorar o plano à medida que as circunstâncias e exigências evoluam.

Com esses parâmetros, elevamos substancialmente a qualidade técnica do modelo, assegurando uma abordagem robusta na simulação de eventos críticos.

2.7 ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE

Para efeitos de monitoramento e mitigação dos riscos, adotamos abordagens e ferramentas aplicáveis a cada categoria de risco, que estão relacionados a seguir:

Gerenciamento de capital

Em atendimento às exigências regulatórias e visando garantir sua solidez, o Banco Randon busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos em situações normais ou de estresse, bem como suportar eventuais perdas oriundas de riscos não mensuráveis. Nesta dimensão, mensalmente é acompanhado a evolução do Índice de Basileia, e foi definido o patamar mínimo para esse limitador.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito é controlada por meio da evolução da carteira de crédito, dos índices de inadimplência, montante de provisões para perdas, regiões geográficas, produtos e setor de atividade econômica.

A instituição visa assegurar um adequado e suficiente montante de provisionamento para suportar o nível de inadimplência atual e o nível de perdas líquidas projetadas. Desta forma, o montante de provisão deve ser superior à perda líquida.

O controle do risco de crédito também considera o risco de concentração, o qual é representado pela possibilidade de perda financeira em razão de exposições significativas a uma contraparte, dentre outros fatores.

O processo de concessão de crédito prima pela segurança e pela qualidade na aplicação dos ativos de crédito, buscando sempre garantias condizentes com os riscos assumidos.

Objetivando proporcionar eficiência na tomada de decisão, o Banco Randon estabeleceu alçadas de concessão de limites, operações de crédito ou renegociação, as quais compreendem, entre outros membros do comitê, os diretores e o Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

O controle do risco de liquidez visa assegurar que a instituição seja capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle do risco de liquidez consiste no dimensionamento do montante de recursos necessários para liquidar as obrigações em situações de estresse durante período de turbulência, o qual é constituído de ativos líquidos de alta qualidade. Nesta dimensão foi definido limite para o Nível Mínimo de Liquidez da instituição, e foram criados planos de contingência que poderão ser utilizados caso detectado pelas projeções a probabilidade de a liquidez atingir o patamar mínimo estabelecido.

Risco de Mercado

São monitorados diariamente os limites de exposição, considerando o valor das posições, os descasamentos de moeda, as variações nos indexadores das carteiras e o valor em risco das operações. Também é acompanhada periodicamente a possibilidade de perda financeira por conta da oscilação das taxas de juros, e a evolução da carteira de operações pré-fixadas. O atual modelo de negócios da instituição não se utiliza de instrumentos ou operações financeiras relacionadas a ações, mercadorias ou câmbio, motivo pelo qual os processos, políticas e controles destinam-se apenas à gestão do risco de operações sujeitas à variação das taxas de juros. Considerando a dinâmica deste tipo de risco e as características da operação, o Banco Randon estabeleceu limites operacionais para risco de mercado que são acompanhados periodicamente.

Risco de Taxas de Juros da Carteira Bancária

A exposição ao risco de taxas de juros da carteira bancária é controlada por meio de indicadores e limites operacionais que são acompanhados periodicamente e compartilhados para conhecimento da gestão e públicos relacionados ao tema.

Risco Operacional

Diante do volume de atividades e operações realizadas para oferecer seus produtos e serviços, a instituição pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A exposição ao risco operacional é controlada por meio do acompanhamento dos eventos ou perdas operacionais, notificações de irregularidades, multas recebidas e indicadores de continuidade de negócios.

Também é realizado o controle do volume de processos cíveis e trabalhistas e o de suficiência de provisão, visando assegurar um adequado nível de provisionamento para suportar as perdas efetivas.

Para mitigar a ocorrência do risco operacional, o sistema de controles internos atua no sentido de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, além do código de conduta ética aplicáveis.

Risco Social, Ambiental e Climático

A instituição implementou uma estrutura de governança que assegura o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Desta forma, estão implementadas algumas medidas, tais como, publicação e divulgação da política, cláusulas de responsabilidade social, ambiental e climática nos contratos, monitoramento para identificação de possíveis eventos de risco social, ambiental e climático, ações voltadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, dentre outras elencadas na referida política.

2.8 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de capital é realizado pelo Banco Randon, instituição líder do Conglomerado Prudencial, o qual gerencia a adequação de capital de acordo com os normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao quais o Conglomerado está sujeito. A estrutura de gerenciamento de capital é compreendida pela diretoria em conjunto com as áreas de riscos e tesouraria. No levantamento das necessidades de capital são considerados os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura de gerenciamento do capital do Banco Randon, prevê:

- monitoramento e controle do capital de Nível I e do Patrimônio de Referência do Conglomerado, com objetivo de mantê-los em níveis compatíveis com os riscos e exposições incorridos;

- planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado;
- análise e reporte dos impactos e dos resultados dos testes de estresse no capital do Conglomerado;
- plano de capital;
- produção de informações gerenciais para a diretoria, sobre a estrutura de capital e seus níveis de adequação.

Anualmente são revisados o Plano de Capital e a Política de Gerenciamento de Capital com abrangência para os próximos três anos. Para subsidiar a elaboração, são levadas em consideração informações contidas no planejamento estratégico da instituição, assim como metas e projeções de capital, principais fontes de capital da instituição, plano de contingência de capital, ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios, entre outros fatores.